

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

**LAUDO TÉCNICO CONCLUSIVO Nº 129/2022-DICAPE**

**Processo nº:** 16820/2021

**Objeto:** REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR INTERPOSTA PELA SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TCE/AM CONTRA A SRA. MARIA DUCIRENE DA CRUZ MENEZES, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COARI/AM, EM FACE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES.

**Relator:** CONSELHEIRA YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

**INTRODUÇÃO**

1. A Representação foi admitida pelo presidente deste Tribunal em 22/11/2021, conforme DESPACHO Nº 1201/2021 - GP. (p. 63-66)
2. No primeiro momento a Sra. Relatora acautelou-se quanto à concessão da medida cautelar pleiteada e determinou que a Divisão de Medidas Processuais Urgentes (DIMU) emitisse comunicação à prefeitura de Coari para que apresentasse justificativas acerca dos fatos alegados pelo Representante. (DESPACHO de 07/02/2022, p. 79-81)
3. Em cumprimento à determinação da eminente Relatora, em 09/02/2022 foi emitido o OFÍCIO Nº 0118/2022-DIMU (p. 82) destinado aos patronos do Sr. Keitton Wyllyson Pinheiro Batista, prefeito de Coari, respondido no dia 16/02/2022 (p. 85-119).
4. Após análise da manifestação do Representado, a Sra. Relatora indeferiu o pedido de medida cautelar e, dentre outras providências, determinou o encaminhamento dos autos a este Órgão Técnico para dar continuidade à instrução processual. (DECISÃO MONOCRÁTICA de 25/04/2022)
5. Ressaltamos que a eminente Relatora esclareceu que apreciou e se manifestou exclusivamente sobre o pedido de concessão da medida cautelar, e que os autos deveriam seguir o trâmite ordinário para decisão de mérito, momento em que seriam analisados detidamente os fatos trazidos à baila tanto pelo Representante quanto pelos Representados.
6. No dia 04/05/2022 os autos foram recebidos pelo auditor técnico signatário para análise.

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

### EXAME TÉCNICO

7. Tratam os autos de apuração de possível irregularidade no pagamento de remuneração a servidores da prefeitura de Coari (**MÉDICOS**), em virtude de o montante pago de **janeiro a agosto de 2021** ter ultrapassado o teto constitucional, conforme especificado no ANEXO I (p. 11) e no ANEXO II (p. 12-14) da peça de Representação (p. 3-10).

8. Instado a se manifestar para apresentar justificativas acerca dos fatos alegados pela SECEX (Representante), o prefeito de Coari, Sr. Keitton Wyllyson Pinheiro Batista, por meio de seus patronos, argumenta em síntese o seguinte (mérito): (p. 87-90)

- a) Que o montante pago aos médicos é decorrente do aumento expressivo do número de plantões dos médicos no período da **pandemia do COVID-19**;
- b) Que a situação é excepcional, não se trata de plantões habituais e sim de plantões médicos não habituais (natureza indenizatória), ficando a remuneração correspondente fora do teto constitucional. O gestor apresenta um julgado nesse sentido;
- c) A gestão municipal não poderia se eximir quanto ao pagamento indenizatório, sob pena de enriquecimento ilícito.

9. Embora não tenha feito menção no texto de defesa (justificativas), o Representado encaminhou documentos indicativos de **escalas** de médicos junto ao HOSPITAL REGIONAL DE COARI DR. ODAIR CARLOS GERALDO. (p. 104-119)

### Habitualidade dos plantões médicos

10. A argumentação do Representado está baseada na decisão do TCM de Goiás, de **07/12/2016**, que, consultado sobre a incidência ou não do teto constitucional sobre os valores pagos a médicos efetivos por plantões, respondeu no seguinte sentido<sup>1</sup>:

(...)

**2.1 Os valores pagos aos médicos (servidores efetivos) a título de plantões médicos prestados de forma habitual**, adicional de insalubridade, horas extras, **possuem natureza remuneratória, devendo incidir no corte do teto salarial estabelecido no inciso XI do art. 37 da CF**, que em âmbito municipal consiste no subsídio pago ao prefeito.

**2.3 Os plantões médicos prestados de forma não habitual, possuem caráter indenizatório não incidindo no corte do teto salarial estabelecido no inciso XI do art. 37 da CF;**

2.3. A verificação da habitualidade ou não dos plantões médicos deverá realizada na análise do caso concreto;

2.4. Em determinadas circunstâncias, no caso concreto, é possível admitir que o pagamento realizado ao servidor efetivo, a título de plantões médicos ultrapasse o subteto remuneratório delimitado pelo Art. 37, XI, da Constituição Federal, com fundamento nos princípios constitucionais previstos no Art. 1º, III (princípio fundamental da dignidade da pessoa humana) e no Art. 6º (direito social à saúde), o princípio da máxima

<sup>1</sup> ACÓRDÃO AC-CON N. 00020/16 – TCMGO – PLENO - PROCESSO N. :00408/16 – disponível em <https://www.tcmgo.tc.br/site/wp-content/uploads/2017/08/RC020-2016.pdf> - acesso em 24/06/2022

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

efetividade (em relação à maior eficácia social), e, ainda, no interesse público das sociedades, diante da realidade fática vivenciada por diversos municípios brasileiros.

2.5. A possibilidade prevista no subitem anterior, fica condicionada à caracterização das circunstâncias excepcionais dos citados conflitos, cabíveis, por exemplos, nas seguintes hipóteses: Municípios com pouca representatividade econômica, distantes dos grandes centros, com valor do subsídio do prefeito incompatível com os salários de médicos no mercado, carência de profissionais médicos na localidade.

### **2.6. Em nenhuma hipótese a remuneração total poderá ultrapassar o teto remuneratório nacional, que é o subsídio dos Ministros do STF.**

11. Entendemos que há razoabilidade no julgado do TCM de Goiás, principalmente quanto ao argumento constante no item 2.4. Tal argumento, quando associado ao efetivo enfrentamento da pandemia do COVID-19, nos parece irrefutável.

12. Entretanto, quando se analisa o caso objeto destes autos, primeiramente é importante lembrar que de acordo com o § 11 do art. 37 da CF/88, não serão computadas, para efeito do teto constitucional *apenas* as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

13. Não localizamos outra argumentação quanto ao caráter indenizatório dos plantões médicos não eventuais, além da que foi apresentada pelo TCM-GO. Por outro lado, a previsão legal prevista no dispositivo constitucional citado no parágrafo anterior não foi comprovada pelo Representado.

14. Ademais, a explicação no sentido de que a expressividade dos plantões tem relação direta com a pandemia do COVID-19 fica prejudicada quando se constata que mesmo antes da pandemia – nos anos de 2018 e 2019 - já era habitual o pagamento aos médicos em montante superior ao teto constitucional, conforme se vê no ANEXO 1 e ANEXO 2 desta peça.

15. Adicionalmente, informamos que até a última folha de pagamento enviada pelo sistema e-contas (DEZ/2021)<sup>2</sup> a prefeitura de Coari continuava pagando os médicos em montante superior ao teto constitucional, conforme ANEXO 3 desta peça.

### **Teto constitucional**

16. Em relação aos municípios, o inciso XI do art. 37 da Carta Magna estabelece que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito.

17. Por outro lado, o § 12 do referido artigo facultou aos Estados fixarem, em seu âmbito, mediante previsão na respectiva Constituição e Lei Orgânica, como teto o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal dos ministros do STF.

<sup>2</sup> Consulta ao sistema em 27/06/2022, às 11h45min.



Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

**CONCLUSÃO**

22. Diante do exposto, este Órgão Técnico propõe:
- a) Decisão pela **procedência** da presente Representação;
  - b) Determinação ao prefeito de Coari que tome imediatas providências no sentido de que aplicar aos servidores do poder executivo o limite remuneratório máximo correspondente ao subsídio do Prefeito, nos termos do art. 37, XI, da CF/88, ressalvados eventuais casos amparados pelo § 11 do art. 37 da Carta Magna, sob pena de aplicação das sanções legais;
  - c) Determinação ao prefeito de Coari que tome imediatas providências no sentido de atualizar e manter atualizado o envio das folhas de pagamento mensais por meio do sistema e-Contas (prestação de contas mensal), nos termos dos arts. 1º e 3º da Res. TCE nº 13/2015 e arts. 1º e 2º da PORTARIA Nº 1/2021-GP/SECEX, sob pena de aplicação das sanções legais;

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL, em Manaus, **27 de junho de 2022**.

\_\_\_\_\_  
**Oswaldo Demóstenes Lopes Chaves Júnior, MSc.**  
Auditor Técnico de Controle Externo, mat. 1360-9A

Visto:

\_\_\_\_\_  
**Holga Naito de Oliveira Félix**  
Diretora



## Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal





Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201804	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.801,89
201804	35728	53044916291	RENZO MARTIN DEL ROSARIO ROSSI	01/09/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	38.043,38
201804	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	42.181,00
201804	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	68.940,05
201804	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	44.940,35
201804	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,12
201804	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.801,32
201805	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	43.467,55
201805	37268	80249434253	RONEY MAX DA COSTA PESSOA	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	39.331,62
201805	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201805	35728	53044916291	RENZO MARTIN DEL ROSARIO ROSSI	01/09/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	46.870,60
201805	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	68.941,46
201805	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	50.915,94
201805	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.801,89
201805	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	46.457,18
201806	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	66.366,38
201806	37742	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/06/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	47.008,31
201806	3084	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	05/06/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	35.683,14
201806	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	51.147,34
201806	37586	65079450215	RESONILDO SOUZA GOMES	01/04/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	47.008,31
201806	35728	53044916291	RENZO MARTIN DEL ROSARIO ROSSI	01/09/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	38.043,38
201806	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA	Estatutário	37.732,96

Este documento foi assinado digitalmente por 0689V ALGPAR/DERWE-0377/INSTRN/DEP/2004328 13:48:54 UTC 2022.  
Para conferir a autenticidade acesse o site https://consultrab.tre.am.gov.br/spedite e informe o código: 200245570 695767730739-3B46BDB0A0-5B6982DE

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
					E GINECO/OBSTETR		
201806	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.801,89
201806	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	44.940,35
201806	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	46.200,37
201806	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	38.252,21
201807	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	63.767,32
201807	37742	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/06/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	43.839,77
201807	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	51.261,63
201807	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201807	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	38.870,23
201807	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	46.457,18
201807	35728	53044916291	RENZO MARTIN DEL ROSARIO ROSSI	01/09/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.616,48
201807	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	46.457,18
201807	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.801,89
201808	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	46.457,18
201808	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	36.663,42
201808	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.732,74
201808	1302	49768387220	RICARDO DOS SANTOS FARIA	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	35.593,32
201808	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	51.950,20
201808	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201808	37742	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/06/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	51.766,77
201808	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86

Este documento foi assinado digitalmente por: JESSE S. DE SOUZA, Diretor Geral de Controle Externo, em 12/08/2022, às 13:48:54 UTC. Para conferir o documento, acesse o site: <http://consulta.tce.am.gov.br/spade> e informe o código: 23074970-63E6F63732-3B68D68A-BA0892BE.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201808	35728	53044916291	RENZO MARTIN DEL ROSARIO ROSSI	01/09/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	44.664,64
201808	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	61.216,24
201809	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201809	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201809	1302	49768387220	RICARDO DOS SANTOS FARIA	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	36.206,26
201809	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	36.663,42
201809	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	49.376,53
201809	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	44.009,09
201809	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	50.914,52
201810	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201810	37743	52212050259	TIAGO FERREIRA LISBOA JUNIOR	01/06/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	48.043,98
201810	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	50.605,52
201810	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.732,74
201810	40385	9714538882	JEFFERSON LAURIANO DA CUNHA	01/08/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	48.594,84
201810	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	38.043,38
201810	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	37.078,26
201810	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	38.870,23
201810	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	54.133,86
201810	1302	49768387220	RICARDO DOS SANTOS FARIA	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	41.941,98
201811	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	38.043,38
201811	37743	52212050259	TIAGO FERREIRA LISBOA JUNIOR	01/06/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	48.043,98
201811	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	51.146,49

Este documento foi assinado digitalmente por: JESSE LUIZ FERREIRA JUNIOR, CPF: 037.145.388.82, em 12/07/2022, às 13:48:54 UTC. Para conferir o original, acesse o site: <http://comultra.tce.am.gov.br/spadee> e informe o código: 23074970-36680680-BA0892BE.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201811	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201811	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201811	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	36.663,42
201811	6140	80009506772	IVAN MONTEIRO DOS SANTOS	01/01/2013	MÉDICO TMP	Temporário	49.077,40
201811	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	46.203,20
201812	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	56.064,67
201812	40385	9714538882	JEFFERSON LAURIANO DA CUNHA	01/08/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	43.284,12
201812	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201812	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201812	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	43.560,39
201812	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	56.526,07
201812	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	37.078,26
201812	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	52.548,46
201812	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	44.940,35

**Fonte:** sistema e-Contas – folha de pagamento

Este documento foi assinado digitalmente por: JESSE LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR em 12/07/2022 às 13:48:54 UTC. Para conferir o original, acesse o site: <http://comultra.tce-am.gov.br/spadee> e informe o código: 23074703-36680680-BA0892E

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

**ANEXO 2 – Pagamentos em 2019 acima do teto constitucional (médicos)**

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201901	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	43.836,95
201901	40385	9714538882	JEFFERSON LAURIANO DA CUNHA	01/08/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	49.698,24
201901	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201901	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	46.732,32
201901	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.801,89
201901	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	53.491,01
201901	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201901	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.698,86
201901	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.733,30
201902	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201902	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	45.617,63
201902	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201902	40385	9714538882	JEFFERSON LAURIANO DA CUNHA	01/08/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	47.202,18
201902	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	40.693,24
201902	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	37.109,30
201902	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	46.365,46
201902	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	45.801,06
201903	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201903	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	50.374,11
201903	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	56.087,25
201903	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201903	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	42.273,56
201903	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	46.365,46
201903	37586	65079450215	RESONILDO SOUZA GOMES	01/04/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	37.512,85
201904	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.827,28
201904	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	50.937,10
201904	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201904	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	42.273,56
201904	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.823,05
201904	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201904	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	55.311,20
201905	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	56.552,88
201905	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	53.468,43
201905	1302	49768387220	RICARDO DOS SANTOS FARIA	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	35.593,32
201905	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201905	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201905	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	43.599,90
201905	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	43.860,94
201905	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	46.016,38
201905	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	51.219,30
201905	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	54.676,25
201905	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.827,28
201906	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	43.599,90
201906	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201906	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201906	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201906	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	54.676,25
201906	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	47.031,45
201906	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	50.019,95
201906	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	38.068,78
201906	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	40.072,40
201906	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	51.219,30
201907	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88
201907	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201907	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	48.623,06
201907	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97
201907	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	54.633,92
201907	41786	35838213	JONISSA DA SILVA RODRIGUES	01/03/2019	MÉDICO TMP	Temporário	43.599,90
201907	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201907	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	84.960,54
201907	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	56.087,25
201907	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.757,29
201908	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	37.789,40
201908	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	43.599,90
201908	35621	16048792204	FATIMA PONTES BOTELHO	01/08/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	41.398,74
201908	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	48.623,06
201908	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97

Este documento foi assinado digitalmente por: DAX HARLAN TORRES MONGE. Para verificar a autenticidade acesse o site: <http://consultat.tce.am.gov.br/spadee> e informe o código: Z3DPAFD 63E5F63792-3D68D68A-BA0892BE



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201908	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201908	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	58.330,74
201908	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	54.633,92
201908	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	37.532,60
201908	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	35.500,76
201908	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	36.911,76
201908	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.834,34
201909	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.823,05
201909	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97
201909	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201909	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	47.031,45
201909	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88
201909	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	50.937,10
201909	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201909	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	51.191,08
201909	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	51.219,30
201909	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.834,34
201910	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	43.599,90
201910	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97
201910	34636	87438160297	LUIZ REIS BARBOSA JUNIOR	01/06/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	47.720,02
201910	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.823,05
201910	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.757,29
201910	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	50.937,10

Este documento foi gerado automaticamente pelo sistema de gestão de pessoal do TCE-AM. Para conferir a autenticidade e o conteúdo, consulte o código: ZADAFED 0356753792-396880680-BA089 ZDE



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201910	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	53.468,43
201910	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	38.887,16
201910	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88
201910	1302	49768387220	RICARDO DOS SANTOS FARIA	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	35.593,32
201910	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	48.623,06
201910	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	48.623,06
201911	37586	65079450215	RESONILDO SOUZA GOMES	01/04/2018	MÉDICO TMP	Comissionado	47.042,74
201911	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	47.031,45
201911	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	37.732,96
201911	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97
201911	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88
201911	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	40.834,34
201911	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	50.019,95
201911	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	51.176,97
201911	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	57.258,38
201911	31818	92475515287	BRUNO CARLOS CASTILHOS	01/01/2017	MÉDICO TMP	Comissionado	40.823,05
201911	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	47.042,74
201912	8413	52386589234	JUAN CARLOS HURTADO RIBERT	01/02/2013	MÉDICO TMP	Temporário	45.801,06
201912	35713	90020782268	MARCELO LASMAR DOS SANTOS	01/09/2017	MÉDICO TMP	Temporário	35.926,88
201912	3072	2045745449	FURTUOSO DOMICIO FREITAS	12/07/2006	MÉDICO ESPECIALISTA GINECOLOGISTA E GINECO/OBSTETR	Estatutário	40.308,04
201912	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	62.930,60

Este documento foi assinado digitalmente por: DAX HARLAN TORRES MONGE - CPF: 52823350268 - Data: 13/08/2020 - 13:48:54 UTC-02:00. Para conferir a autenticidade e validade do documento, acesse o site: <http://comulata.tce-am.gov.br/spadee> e informe o código: 2307457D-63E7-6379-3B6B-0A68A-BAC892BE.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
201912	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	54.633,92
201912	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	51.811,92
201912	42095	41835506291	FLEMING NABESHIMA FARIAS	01/05/2019	MÉDICO TMP	Comissionado	51.176,97
201912	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	52.757,29
201912	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	48.623,06

**Fonte:** sistema e-Contas – folha de pagamento

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

**ANEXO 3 – Pagamentos de setembro a dezembro de 2021 acima do teto constitucional (médicos)**

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
202109	3084	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	05/06/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	94.283,84
202109	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	82.311,84
202109	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	59.208,16
202109	37268	80249434253	RONEY MAX DA COSTA PESSOA	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	57.484,16
202109	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	56.449,84
202109	45570	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	01/12/2019	MÉDICO TMP	Temporário	56.449,84
202109	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	55.416,48
202109	6140	80009506772	IVAN MONTEIRO DOS SANTOS	01/01/2013	MÉDICO TMP	Temporário	54.725,64
202109	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	51.277,12
202109	9375	31478255234	RAIMUNDO NATANAEL DE OLIVEIRA ALENCAR	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	50.835,52
202109	50777	81329695291	HENRY JESUS ALEX RAMIREZ LAULATE	01/09/2020	MÉDICO TMP	Temporário	49.208,00
202109	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	49.208,00
202109	41786	35838213	JONISSA DA SILVA RODRIGUES	01/03/2019	MÉDICO TMP	Temporário	40.933,12
202109	56701	535682220	FERNANDA LEO BLOS	01/11/2020	MÉDICO TMP	Temporário	40.933,12
202110	45570	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	01/12/2019	MÉDICO TMP	Temporário	119.302,08
202110	3084	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	05/06/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	97.456,32
202110	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	85.070,32
202110	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	61.139,12
202110	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	60.242,64
202110	37268	80249434253	RONEY MAX DA COSTA PESSOA	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	59.415,80
202110	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	57.139,86
202110	6140	80009506772	IVAN MONTEIRO DOS SANTOS	01/01/2013	MÉDICO TMP	Temporário	54.725,64
202110	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	53.001,39
202110	9375	31478255234	RAIMUNDO NATANAEL DE OLIVEIRA ALENCAR	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	52.559,75
202110	60794	875951252	EDGARD RAMIREZ LAULATE	01/12/2020	MÉDICO TMP	Temporário	52.518,83

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**

Secretaria Geral de Controle Externo

Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
202110	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	49.208,00
202110	41786	35838213	JONISSA DA SILVA RODRIGUES	01/03/2019	MÉDICO TMP	Temporário	43.691,60
202110	56701	535682220	FERNANDA LEO BLOS	01/11/2020	MÉDICO TMP	Temporário	40.933,10
202111	61971	75718812268	CLEUCIVAN BASTOS DE OLIVEIRA	01/11/2021	MÉDICO TMP	Temporário	116.795,50
202111	61970	72298618291	LAZARO DE ARAÚJO DE ALMEIDA	01/11/2021	MÉDICO TMP	Temporário	116.795,50
202111	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	106.449,50
202111	3084	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	05/06/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	94.283,80
202111	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	72.656,30
202111	45570	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	01/12/2019	MÉDICO TMP	Temporário	64.725,30
202111	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	59.208,10
202111	37268	80249434253	RONEY MAX DA COSTA PESSOA	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	57.484,10
202111	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	56.449,80
202111	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	55.415,60
202111	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	51.277,10
202111	9375	31478255234	RAIMUNDO NATANAEL DE OLIVEIRA ALENCAR	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	50.835,50
202111	50777	81329695291	HENRY JESUS ALEX RAMIREZ LAULATE	01/09/2020	MÉDICO TMP	Temporário	49.209,10
202111	6140	80009506772	IVAN MONTEIRO DOS SANTOS	01/01/2013	MÉDICO TMP	Temporário	49.208,60
202111	41786	35838213	JONISSA DA SILVA RODRIGUES	01/03/2019	MÉDICO TMP	Temporário	46.450,10
202112	61971	75718812268	CLEUCIVAN BASTOS DE OLIVEIRA	01/11/2021	MÉDICO TMP	Temporário	115.416,10
202112	61970	72298618291	LAZARO DE ARAÚJO DE ALMEIDA	01/11/2021	MÉDICO TMP	Temporário	105.760,09
202112	3084	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	05/06/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	97.456,36
202112	31724	70499563174	ADRIA ELENA VIGUEAUX ESTEVE	01/12/2016	MÉDICO TMP	Temporário	85.070,32
202112	40729	69914699200	MANOEL DE SOUZA MARTINS FILHO	01/11/2018	MÉDICO TMP	Temporário	61.139,19
202112	42096	52823350268	DAX HARLAN TORRES MONGE	01/05/2019	MÉDICO TMP	Temporário	60.242,64
202112	37268	80249434253	RONEY MAX DA COSTA PESSOA	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	59.415,80
202112	6293	53888456215	HUGO OMAR AREVALO	01/09/2013	MÉDICO TMP	Temporário	57.139,86

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Secretaria Geral de Controle Externo  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal

Comp.	Matric.	CPF	Nome	Admissão	Cargo	Vínculo	Remun. Bruta (R\$)
202112	60856	68455615249	RONALDO SILVA DE SOUZA	01/10/2021	MÉDICO TMP	Temporário	56.449,80
202112	45570	52825833215	JOSE VILLACORTA VASQUEZ	01/12/2019	MÉDICO TMP	Temporário	56.449,80
202112	6140	80009506772	IVAN MONTEIRO DOS SANTOS	01/01/2013	MÉDICO TMP	Temporário	54.725,60
202112	45287	56898606204	PATRICIA ANDRADE COELHO	01/09/2019	MÉDICO TMP	Temporário	53.001,30
202112	9375	31478255234	RAIMUNDO NATANAEL DE OLIVEIRA ALENCAR	12/07/2006	MÉDICO GENERALISTA	Estatutário	52.559,70
202112	37269	96220945204	GUSTAVO DE OLIVEIRA GONCALVES	01/03/2018	MÉDICO TMP	Temporário	52.518,80
202112	60794	875951252	EDGARD RAMIREZ LAULATE	01/12/2020	MÉDICO TMP	Temporário	49.208,00
202112	56701	535682220	FERNANDA LEAO BLOS	01/11/2020	MÉDICO TMP	Temporário	43.691,60
202112	41786	35838213	JONISSA DA SILVA RODRIGUES	01/03/2019	MÉDICO TMP	Temporário	40.933,10

**Fonte:** sistema e-Contas – folha de pagamento

**PROCESSO Nº:** 16820/2021

**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Coari

**NATUREZA:** Representação

**ESPÉCIE:** Medida Cautelar

**RELATORA:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

**INTERESSADOS:** Maria Ducirene da Cruz Menezes (Representado), Prefeitura Municipal de Coari (Representado), Secex/TCE/AM (Representante), Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 (Advogado), Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 (Advogado) e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 (Advogado)

**OBJETO:** Representação com pedido de medida cautelar interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo do TCE/AM contra a Sra. Maria Ducirene da Cruz Menezes, Prefeita do Município de Coari/AM, em face de possíveis irregularidades

## **LAUDO TÉCNICO CONCLUSIVO Nº 622/2022 - DICAPE/PROEEX**

Trata-se de representação com pedido de medida cautelar interposta pela Secretaria Geral de Controle Externo do TCE/AM contra a Sra. Maria Ducirene da Cruz Menezes, Prefeita do município de Coari/AM, em face de possíveis irregularidades.

Em despacho, fls. 211/212, foi determinado à DICAPE, considerando o princípio do devido processo legal, o retorno dos autos para a regular instrução da representação, concedendo prazo regimental de 30 dias à Prefeitura do município de Coari, para fins de manifestação quanto ao mérito, devendo, após apresentação de defesa, serem os autos analisados conclusivamente, com fulcro nos dispositivos regimentais.

### **1. ANÁLISE DA DEFESA**

Especificamente, trata-se da apuração de possível irregularidade no pagamento de remuneração a servidores da Prefeitura de Coari (médicos), em virtude do montante pago de janeiro a agosto de 2021 ter ultrapassado o teto constitucional, conforme especificado no ANEXO I (p. 11) e no ANEXO II (p. 12-14) da peça de Representação (p. 3-10).

Em sua última manifestação, este Órgão Técnico se manifestou pela procedência dos autos baseada na defesa apresentada pela parte na fase de apreciação da medida cautelar, entretanto a e. Relatora determinou o contraditório e a ampla defesa para esta fase ordinária do processo.

O notificado alegou, fls. 224/238 dos autos: *“Nesta senda, conforme é consabido, o entendimento jurisprudencial pátrio é no sentido de que os valores pagos à título de remuneração pelos plantões médicos não habituais possuem natureza remuneratória, sendo assim, não se limitam ao teto constitucional, (...)”*.



Secretaria Geral de Controle Externo  
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal - DICAPE

Assim como, “*Sendo assim, por conclusão lógica, o número de plantões cumpridos pelos profissionais da saúde durante período de tamanha excepcionalidade foi consideravelmente ampliado, e não poderia ser de outra forma, sob pena de omissão da administração pública municipal diante da situação pandêmica que atravessou e ainda atravessa o município, o país e o mundo*”.

Por fim, “*em se tratando o caso em tela de realidade fática excepcional, não há porque se falar em dano ao erário ou descumprimento à norma constitucional, deve ser reconhecida a **IMPROCEDÊNCIA** da presente representação haja vista a impossibilidade de aplicação da parcela "abate teto" conforme requer o douto órgão técnico*”.

A regra constitucional é bastante clara, uma vez que a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, **aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do Prefeito**, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos, conforme art. 37, XI, da Constituição Federal.

Por outro lado, conforme § 11 do art. 37 da Constituição de Federal de 1988, não devem ser computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. No entanto, na própria justificativa, o notificado informou que “*(...) os valores pagos à título de remuneração pelos plantões médicos não habituais possuem natureza remuneratória, sendo assim, não se limitam ao teto constitucional*” (grifos nossos).

Para efeito exemplificativo, referente ao caráter indenizatório, conforme art. 4º, § 1º, da Lei nº 10.887/2004, entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, **excluídas**:

- I - as diárias para viagens;
- II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;
- III - a indenização de transporte;
- IV - o salário-família;
- V - o auxílio-alimentação;



Este documento foi assinado digitalmente por JOAO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA. A RATOS em 29/09/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/specde> e informe o código: #BQWEPGEBI#EPEF7039A9692445678BC-F-823-09P-DZ7



**Secretaria Geral de Controle Externo  
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas  
Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal - DICAPE**

XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB). (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

Pelo exposto, **não acolhemos a defesa do notificado.**

## **2. CONCLUSÃO**

Sendo assim, com devida vênia, reiteramos a manifestação técnica constante nas fls. 185/203. Dessa forma, estamos devolvendo os presentes autos, antes, porém, com trâmite no d. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado.

É o Laudo Técnico Conclusivo.

**DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL - DICAPE/PROEEX DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 23 de setembro de 2022.

**João Afonso da Silva Araujo**  
Auditor Téc. de Controle Externo

Visto:

**Holga Naito de Oliveira Félix**  
Auditora Téc. de Controle Externo  
Diretora da DICAPE



**PROCESSO Nº 16.820/2021**

**NATUREZA:** Representação

**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Coari

**REPRESENTANTE:** Secretaria Geral de Controle Externo- SECEX

**REPRESENTADA:** Sra. Maria Ducirene da Cruz Menezes

### **PARECER N.7058/2022-MPC-EMFA**

**EMENTA:** REPRESENTAÇÃO.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI.  
SERVIDORES PÚBLICOS.  
REMUNERAÇÃO. TETO  
CONSTITUCIONAL. PLANTÕES.  
CARÁTER REMUNERATÓRIO.  
AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS.  
RATIFICAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA  
REPRESENTAÇÃO.

### **I - RELATÓRIO**

Cuidam os autos de Representação com pedido de medida cautelar interposta pelo Secretário Geral de Controle Externo contra a Sra.. Maria Ducirene da Cruz Menezes, em decorrência do pagamento da remuneração de servidores acima do teto constitucional.

Por meio do Parecer de fls. 204/210, este *Parquet* já havia se manifestado pela procedência da Representação com aplicação de multa.



Posteriormente, a Relatora dos autos determinou a notificação da representada para que exercesse o contraditório e a ampla defesa.

Notificado, o Sr. Keytton Wyllyson Pinheiro Batista apresentou defesa às fls. 224/238.

Após analisar os argumentos do representado, a DICAPE sugeriu a procedência da representação.

É o relatório. Passo a opinar.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

Em suas alegações, o representado afirma que *“os valores pagos a título de remuneração pelos plantões médicos não habituais possuem natureza remuneratória, sendo assim, não se limitam ao teto constitucional”*.

Ao analisar as justificativas, nota-se que os argumentos são os mesmos anteriormente apresentados às fls. 85/119.

Por meio do Parecer de fls. 204/210, este *Parquet* já havia se manifestado sobre a inaplicabilidade dos limites do art. 37, XI, da CF/88, aos pagamentos pelos plantões médicos realizados.

Os plantões pagos aos profissionais da saúde possuem nítido caráter salarial e retributivo, não podendo ser excluídos dos limites constitucionalmente estabelecidos. O Superior Tribunal de Justiça já rechaçou a natureza indenizatória dos plantões, reconhecendo o caráter comutativo e retributivo dos pagamentos:

RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015.  
ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. RECURSO  
ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA.



TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE VERBA PAGA COMO CONTRAPRESTAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS. 1. A Lei nº 1.575/2011 do Estado do Amapá, apesar de considerar a verba correspondente a plantões médicos como indenizatória, não transmuta a natureza jurídica desta verba para fins de imposto de renda. Precedente: RMS n. 50.738/AP, Primeira Turma, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 10/05/2016, DJe03/06/2016. 2. Isto porque, como bem o ressaltou a Corte de Origem (e-STJ fls. 72); apesar de a redação do art. 5º da Lei Estadual n. 1.575/2011 prever que a remuneração dos plantões médicos possui natureza indenizatória, não há como fechar os olhos à realidade, posto que tais pagamentos são habituais, comutativos e de caráter eminentemente retributivo do serviço prestado mês a mês e não se prestam a ressarcir qualquer gasto ou despesa extraordinária realizada pelo servidor [...] 3. A verba assim instituída se assemelha àquela paga por horas extras aos demais trabalhadores da iniciativa privada ou servidores públicos, constituindo evidentemente remuneração, pois corresponde à paga pelo serviço prestado fora dos horários habituais. Para estes casos (hora extra) é pacífica a jurisprudência deste STJ no sentido da incidência do imposto de renda, a saber: EREsp. Nº 695.499 - RJ, Primeira Seção, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 9.5.2007; EREsp 670514 / RN, Primeira Seção, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.06.2008; EREsp. n. 515.148/RS, Primeira Seção, Relator Ministro LUIZ FUX, Data do Julgamento 08/02/2006. 4. Recurso ordinário não provido. (RMS 52.051/AP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**  
5ª Procuradoria



MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/05/2021,  
DJe 24/05/2021)

Considerando a ausência de fatos novos, uma vez que o representado se limitou a repetir os argumentos apresentados anteriormente, ratifico integralmente o Parecer nº 4197/2022-MPC-EMFA, que recomendou o julgamento pela procedência da representação.

### **III - CONCLUSÃO**

Portanto, considerando a falta de fatos novos, o Ministério Público de Contas ratifica, *in totum*, o entendimento exposto no Parecer 3827/2022-MPC-EMFA (fls. 204/210), que recomenda o julgamento pela procedência da Representação.

É o parecer, s.m.j, nos termos do art. 113, inciso III c/c o art. 155, da Lei 2.423/96.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO  
AMAZONAS**, em Manaus, 17 de novembro de 2022.

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**

Procuradora de Contas



Proc. Nº 16820/2021

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

**PROCESSO Nº:** 16820/2021  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI  
**NATUREZA:** REPRESENTAÇÃO MEDIDA CAUTELAR  
**REPRESENTANTE:** SECEX/TCE/AM  
**REPRESENTADO:** MARIA DUCIRENE DA CRUZ MENEZES E PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI  
**ADVOGADO(A):** FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO - OAB/AM 4331, BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO - OAB/AM 6975 E LAIZ ARAÚJO RUSSO DE MELO E SILVA - OAB/AM 6897  
**OBJETO:** REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR INTERPOSTA PELA SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TCE/AM CONTRA A SRA. MARIA DUCIRENE DA CRUZ MENEZES, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COARI/AM, EM FACE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES.  
**ÓRGÃO TÉCNICO:** DICAPE  
**PROCURADORA:** ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES  
**CONSELHEIRA-RELATORA:** YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

**RELATÓRIO**

1. Tratam os autos de Representação, com Pedido de Medida Cautelar, formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX/TCE/AM em face da Prefeitura de Coari, representada pela *Sra. Maria Ducirene da Cruz Menezes*, Prefeita em exercício, em virtude da irregularidade no pagamento de remuneração de servidores acima do teto constitucional, nos termos do inciso XI e § 12º do art. 37 da Constituição da República c/c Lei Municipal n.º 716/2019 c/c o seu inciso X, art. 109 da Constituição do Estado do Amazonas c/c Resolução nº 20/2018 – TJ/AM.



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

2. Compulsando a exordial, é possível identificar que a Representante aduz, em síntese, que no âmbito do Município servidores da saúde – médicos – receberam acima do teto constitucional remuneratórios, vedado constitucionalmente pelo art. 37, XI, sugerindo ao final:

[...] que seja autuada como **REPRESENTAÇÃO com pedido de cautelar** no sentido de determinar à Prefeitura de Coari que passe a aplicar a parcela ABATE TETO nas remunerações de seus servidores que ultrapassam o valor do subsídio do Desembargo do TJ/AM, nos termos do inciso X, art. 109 da Constituição do Estado do Amazonas.

3. Em Despacho, a Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas admitiu a Representação e determinou aos Órgãos Técnicos as medidas processuais cabíveis, bem como, a publicação do despacho no diário eletrônico do TCE/AM.

4. O processo foi recebido por esta Conselheira Relatora, mormente resolvi acautelar-me quanto a concessão da medida liminar pleiteada, no mais, determinei a notificação à Prefeitura Municipal de Coari para que apresentasse, no prazo de 5 dias úteis, justificativas à Representação, com fulcro no art. 1º, § 2º da Resolução n. 03/2012-TCE/AM.

5. Às fls. 85-119, Defesa do atual gestor do Município, o Sr. *Keitton Wylllyson Pinheiro Batista*. Despacho desta Relatoria (fls. 120-126) indeferindo a Medida Cautelar do Representante, determinando a continuidade do processo através da DICAPE.

6. O referido Órgão Técnico emitiu **Lauda Conclusivo n. 129/2022-DICAPE** informando que a expressividade dos plantões tem relação direta com a pandemia do COVID-19 fica prejudicada quando se constata que mesmo antes da pandemia – nos anos de 2018 e 2019 – já era habitual o pagamento aos médicos em montante superior ao teto constitucional e que, até a última folha de pagamento (dez/2021) a Prefeitura continuava pagando aos médicos montante superior ao teto constitucional.



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

7. Considera ainda que, em tese, o teto remuneratório no Município de Coari seria de R\$ 35.462,22 que é o subsídio dos Desembargadores do TJAM, todavia, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a expressão “e do municípios”, conforme ADI n. 6848/AM. Isto posto, finaliza informando que o limite dos servidores municipais de Coari deve ser o subsídio do Prefeito, que corresponde a R\$ 26.000,00 de acordo com a Lei n. 716/2019, propondo ao final que:

- a) Decisão pela procedência da presente Representação;
- b) Determinação ao prefeito de Coari que tome imediatas providências no sentido de que aplicar aos servidores do poder executivo o limite remuneratório máximo correspondente ao subsídio do Prefeito, nos termos do art. 37, XI, da CF/88, ressalvados eventuais casos amparados pelo § 11 do art. 37 da Carta Magna, sob pena de aplicação das sanções legais;
- c) Determinação ao prefeito de Coari que tome imediatas providências no sentido de atualizar e manter atualizado o envio das folhas de pagamento mensais por meio do sistema e-Contas (prestação de contas mensal), nos termos dos arts. 1º e 3º da Res. TCE nº 13/2015 e arts. 1º e 2º da PORTARIA Nº 1/2021-GP/SECEX, sob pena de aplicação das sanções legais;

8. **Parecer n. 3827/2022-MPC-EMFA** que, diante das considerações apresentada, sugere:

- a) Julgar PROCEDENTE a presente Representação
- b) APLICAR MULTA À GESTORA, nos termos do art. 54, inciso V, da Lei nº 2.423/1996
- c) DETERMINAR à Prefeitura Municipal de Coari a observância dos limites constitucionais aplicáveis aos servidores municipais;
- d) DETERMINAR à Prefeitura Municipal de Coari a adoção de providências no sentido de manter atualizado o envio das folhas de pagamento mensais por meio do sistema e-Contas (prestação de contas mensal), nos termos dos arts. 1º e 3º da Res. TCE nº 13/2015 e arts. 1º e 2º da PORTARIA Nº 1/2021-GP/SECEX, sob pena de aplicação das sanções legais.



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

9. Despacho desta Relatoria (fls. 211-212) determinando notificar os Representados para apresentar justificativa quanto ao mérito da Representação, em razão do princípio do contraditório e ampla defesa, bem como, à busca pela verdade material.
10. Manifestação do Representado, Sr. *Keitton Wylllyson Pinheiro Batista*, solicitando Prorrogação de Prazo (fls. 215-219) e, ato seguinte, esta Relatoria deferindo o pedido (fls. 221).
11. As Razões da Defesa foram apresentadas às fls. 224-238. O Laudo Técnico Conclusivo n. 622/2022-DICAPE/PROFEX, em análise à referida documentação apresentada informou que não acolhem a defesa do notificado para que mantenha o posicionamento e sugestão constante no Laudo Conclusivo n. 129/2022-DICAPE (fls. 185-203).
12. Parecer n. 7058/2022-MPC-EMFA informando que não foram trazidos a baila fatos novos que pudessem modificar o entendimento anterior, propondo ao final a Procedência da Representação.
13. É o Relatório.

**FUNDAMENTAÇÃO**

1. O instituto da Representação está previsto no art. 288 da Resolução n. 04/2002 – Regimento Interno do TCE/AM, cabendo ao Relator averiguar se estão preenchidos os requisitos da Denúncia ordenando sua autuação e processamento.
2. Em análise dos autos, verifico que o crivo ao contraditório foi respeitado, na medida em que o esta Relatoria em diversos Despachos oportunizou a manifestação dos Representados, bem como, a concessão de prorrogação de defesa, conforme dispõe o art. 78 da Resolução n. 04/2002 Regimento Interno com respostas aos questionamentos apontados pela Secex/tce/am.



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

3. Adentrando ao mérito da demanda, especificamente, trata-se da apuração de possível irregularidade no pagamento de remuneração a servidores da Prefeitura de Coari (médicos), em virtude do montante pago de **janeiro a agosto de 2021** ter ultrapassado o teto constitucional, conforme especificado no ANEXO I (p. 11) e no ANEXO II (p. 12-14) da peça de Representação.
4. Antes da análise das possíveis irregularidades apontadas pelo Representante, é necessário que se observe em que contexto a Comuna realizou os referidos pagamentos, objeto desta avaliação. Pela análise do caderno processual identifiquei que o período de pagamento apreciado nesta Representação enseja na ocorrência dos efeitos da pandemia, os quais os profissionais da saúde foram incontestavelmente necessários antes ao aumento de demanda.
5. Em pesquisa sobre o tema, verifica-se que, de fato, desde meados de março/2020 a OMS, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), declarou situação de pandemia mundial em razão do Covid-19. Em decorrência disso, diversos países começaram a declarar situação de emergência/calamidade para resguardar a vida dos seus habitantes.
6. Acompanhando este posicionamento, o Governo Federal e o Estado do Amazonas decretaram situação de calamidade pública e estado de emergência, conforme Decreto Legislativo do Congresso Nacional n. 06/2020<sup>1</sup>, publicado no DOU em 20/03/2020 e Decreto Estadual n. 42.061/2020<sup>2</sup>, publicado no DOE em 16/03/2020.
7. Ainda em âmbito federal, a União editou a Lei n. 13.979/2020<sup>3</sup> estabelecendo programas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, tais como, isolamento de pessoas doentes e contaminadas, bem como, quarentena no intuito de minimizar

<sup>1</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/DLG6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%C2%BA%206%2C%20DE,18%20de%20mar%C3%A7o%20de%202020.)

<sup>2</sup><http://www.procon.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/decreto-42.061-COVID-19.pdf>

<sup>3</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm)







**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

13. Diante das circunstâncias, cabe apontar que o Município agia de acordo com o texto constitucional do art. 30, inciso VII, em prestar atendimento de saúde à população.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

[...]

**VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;**

14. Faz-se um adendo que em janeiro deste ano o Município registrava **1490 (mil quatrocentos e noventa) casos confirmados**, conforme se verifica no Portal de Monitoramento da Covid-19 da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas -FVS<sup>4</sup>.

15. No mais, considerando que a Representação se acentua sobre os períodos de **janeiro a agosto de 2021** de recebimento se proventos acima do teto, apresenta-setabela do total de casos confirmados, isto de acordo com os dados da FVS.

Município de COARI		
Ano	Mês	Casos Confirmados
2021	Janeiro	493
	Fevereiro	164
	Março	217
	Abril	106
	Maio	20
	Junho	23
	Julho	149
	Agosto	47
TOTAL		1219

16. Há, portanto, caracterização do interesse público excepcional e necessidade de maximização do trabalho à época, na tentativa, urgente, de minimizar os efeitos da pandemia no Município de Coari. Destarte, não podemos considerar os apontamentos realizados pela SECEX,

<sup>4</sup>[https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao\\_view/60/2](https://www.fvs.am.gov.br/indicadorSalaSituacao_view/60/2)



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

DICAPEe Ministério Público de Contas de forma isolada no exame de um caso concreto, sendo primordial avaliar as consequências mais eficientes no intuito de minimizar os prejuízos da população.

17. Conforme sabiamente explanado por ARAÚJO<sup>5</sup>, *“um dos maiores problemas atuais da Administração Pública brasileira é o da falta de coragem e de comprometimento daqueles que precisam decidir”*, logo, não podemos cravar taxativamente uma decisão de um gestor com o estigma de improbidade, sem analisarmos o contexto geral do caso concreto, ainda mais se considerarmos as características do Município de Coari, localizado no interior do Amazonas, com uma população de, aproximadamente, 86.000 habitantes, **necessitante da prestação contínua dos serviços essenciais para garantir o atendimento básico de urgência nas trincheiras do pico da pandemia.**

18. Pois bem, após a breve análise do contexto fático do período de pagamento analisado passamos a análise do objeto da Representação. De início cabe apontar que os plantões médicos de servidores efetivos prestados de forma habitual, ou seja, em situação de normalidade, possuem natureza jurídica de remuneração, portanto incidindo o corte do teto salarial previsto no art. 37, XI da Constituição.

19. Ocorre que, os plantões realizados de forma não habitual, em situação de excepcionalidade, possuem caráter indenizatório, impossibilitando a incidência do corte do teto salarial disposto no artigo supracitado.

<sup>5</sup>ARAÚJO, Valter Shuenquener de. *Efeitos da inovação no Direito Administrativo brasileiro: queremos saber o que vão fazer com as novas invenções*. In: *Inovações no Direito Público*. QUIRINO, Carina de Castro; MENDONÇA, José Vicente Santos de; BAPTISTA, Patrícia Ferreira (coordenadores). Curitiba: CRV, 2018. ISBN: 978-85-444-3034-7. DOI: 10.24824/978854443034.7. P. 155.8



**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

**Tribunal Pleno**

20. Dessa forma, cabe ao julgador, em análise ao caso concreto, ponderar e adequar a sua decisão com o contexto em que se encontra o sujeito/servidor ante a possíveis irregularidades, sobretudo ante a observância do princípio da dignidade da pessoa humana, direito social à saúde (garantido constitucionalmente através do art. 6ª da CF), e a vedação do enriquecimento ilícito.

21. Sob esse mesmo contexto que o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás se manifestou no bojo do Processo n. 0408/2016. Vejamos:

EMENTA: CONSULTA. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS E DE INSALUBRIDADE. GRATIFICAÇÕES. INCIDÊNCIA NO TETO REMUNERATÓRIO. CÔMPUTO NO LIMITE COM GASTOS DE PESSOAL. PLANTÕES MÉDICOS PODERÃO EXTRAPOLAR O TETO DEPENDENDO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. Valores pagos a título de plantões médicos prestados com habitualidade, adicional de horas extras e de insalubridade possuem caráter remuneratório; Adicionais de horas extras, de insalubridade e gratificações. Incidem no teto remuneratório estabelecido no inciso XI do art. 37 da CF, devendo ser contabilizados como despesas de pessoal para os efeitos estabelecidos no art. 19 da LRF. Plantões médicos poderão extrapolar o teto remuneratório, diante das circunstâncias do caso concreto, com fundamento nos princípios da dignidade da pessoa humana, direito à saúde e interesse social; Valores utilizados no pagamento de pessoal efetivo, oriundos de transferência de outros entes da federação, para atendimento de programas específicos da saúde, incidirão no cômputo do limite com gastos de pessoal.

22. Portanto, entendo que, excepcionalmente ante ao caso em concreto os plantões realizados pelos médicos no Município de Coari possuem natureza indenizatória, não abarcando a incidência do teto constitucional previsto no art. 37, XI da CF/88.

23. Ocorre que, como destacado, apenas em situações excepcionais (tal como uma pandemia global) podemos aplicar esta interpretação, pois, em regra a natureza jurídica dos plantões são remuneratório, devendo observar o regramento adequado ao seu pagamento.

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

## Tribunal Pleno

**24.** Sobre o tema, verifico que a Secex/TCE realizou, no ato da Representação, as seguintes ponderações:

[...] Nesse sentido, o inciso XI, art. 37 da Constituição da República estabelece como regra que a remuneração dos ocupantes de cargos/funções públicas **não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).**

Na segunda parte do mesmo inciso é previsto o denominado subteto constitucional remuneratório aos ocupantes de cargos/funções públicas, tendo como limitador, **no caso dos municípios, o valor do subsídio do Prefeito Municipal.**

Entretanto, o § 12º, art. 37 da Constituição da República prevê a **possibilidade do estabelecimento do subteto remuneratório tendo como parâmetro o valor do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, desde que previsto na Constituição do Estado.**

Portanto, no âmbito do estado do Amazonas e seus municípios o teto constitucional remuneratório a ser observado é o valor do subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM).

De forma geral, no âmbito Federal, o valor do subsídio dos ministros do STF é previsto na Lei Federal n.º 13.752/2018, estabelecendo o valor de R\$ 39.293,32.

**No âmbito do município de Coari, a Lei Municipal n.º 716/20191 estabeleceu o valor de R\$ 26.000,00 do subsídio do Prefeito Municipal.**

No âmbito do TI/AM, o valor do subsídio dos Desembargadores é previsto na Resolução n.º 20/2018 - TI/AM2, estabelecendo o valor de R\$ 35.462,22.

Portanto, para que o recebimento de remuneração seja regular no âmbito do estado do Amazonas e seus municípios deve ser observado o valor do subsídio dos Desembargadores do TJ/AM (R\$ 35.462,22).*(grifei)*

**25.** Em análise, acampo os termos grifados da Representação para concluir que: *(i)* os ocupantes de cargos/funções públicas não poderão receber remuneração acima do subsídio mensal dos Ministros do STF; *(ii)* a Constituição possibilitou que, havendo previsão em Constituição Estadual o subsídio do funcionalismo público deve observar os dos

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**  
**Gab. Cons. Yara A. Lins Rodrigues dos Santos**

## Tribunal Pleno

Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado; *(iii)* no Amazonas, com previsão na Resolução n. 20/2018-TJ/AM o subsídio é de R\$ 35.462,22, portanto este é o teto constitucional aplicável no Estado.

**26.** Ocorre que, como bem observou o Órgão Técnico, em relação aos municípios o inciso XI do art. 37 da Constituição estabelece que a remuneração dos ocupantes de cargos públicos não poderão exceder o subsídio mensal do Prefeito. Acontece que o Supremo Tribunal Federal, em 2021, declarou inconstitucional a expressão “e dos municípios” constantes no art. 109, X da Constituição Estadual n. 77/2013 (ADI 6.848/AM).

Ação direta de inconstitucionalidade. Emenda à Constituição do Estado do Amazonas nº 77/2013. Extensão do teto remuneratório único vigente no plano estadual aos servidores públicos municipais. Violação da autonomia municipal e do art. 37, XI, da Constituição Federal (teto remuneratório municipal vinculado ao subsídio do Prefeito municipal). Regime facultativo de subteto remuneratório único cuja adoção pelos Estados-membros limita-se à esfera dos servidores públicos estaduais (CF, art. 37, § 12). Precedentes. 1. A Emenda Constitucional nº 47/2005 facultou aos Estados-membros e ao Distrito Federal, mediante Emenda à Constituição estadual ou à Lei Orgânica distrital (conforme o caso), fixar o teto remuneratório dos servidores públicos estaduais ou distritais, adotando, como limite único, o valor do subsídio mensal dos Desembargadores dos respectivos Tribunais de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. **2. Esse limite único alternativo, no entanto, aplica-se exclusivamente aos agentes públicos estaduais ou distritais, vedada sua extensão, por meio de emenda constitucional estadual, aos servidores municipais, cujo patamar remuneratório máximo encontra previsão específica no art. 37, XI, da Constituição Federal (subsídio do Prefeito municipal).** Precedentes (ADI 6221-MC, Rel. p/ o acórdão Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 20.12.2019, Dje 30.4.2020; ADI 6811, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j. 23/08/2021, Dje 15.9.2021). 3. Ação direta de inconstitucionalidade conhecida. Pedido julgado procedente.

(ADI 6848, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 04/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-226 DIVULG 16-11-2021 PUBLIC 17-11-2021)





